

EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

2

VOLUME

ORGANIZADORES

IARA NADINE VIEIRA DA PAZ SILVA
PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO
LENNARA PEREIRA MOTA



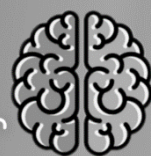
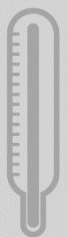
EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

2

VOLUME

ORGANIZADORES

IARA NADINE VIEIRA DA PAZ SILVA
PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO
LENNARA PEREIRA MOTA



Scisaunder



O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA 2 de [SCISAUDE](#) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](#). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/evidencias-em-saude-publica-2/58>

2024 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE



EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA 2

ORGANIZADORES

Enf. Iara Nadine Vieira da Paz Silva

<http://lattes.cnpq.br/3158922554159966>

<https://orcid.org/0000-0002-5027-200X>

Me. Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

<http://lattes.cnpq.br/5039801666901284>

<https://orcid.org/0000-0003-4104-6550>

Esp. Lennara Pereira Mota

<http://lattes.cnpq.br/3620937158064990>

<https://orcid.org/0000-0002-2629-6634>

Editor chefe

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico

Lennara Pereira Mota

Diagramação:

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

Revisão:

Os Autores



Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	JEAN CARLOS LEAL CARVALHO DE MELO FILHO	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana britto martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Evidências em saúde pública [livro eletrônico] :
volume 2 / organização Iara Nadine Vieira da
Paz Silva, Paulo Sérgio da Paz Silva Filho,
Lennara Pereira Mota. -- Teresina, PI
: SCISAUDE, 2024.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85376-44-0

1. Saúde pública - Brasil 2. Sistema Único de
Saúde (Brasil) I. Silva, Iara Nadine Vieira da Paz.
II. Silva Filho, Paulo Sérgio da Paz. III. Mota,
Lennara Pereira.

24-223565

CDD-362.109

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde pública 362.109

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.56161/sci.ed.202408267



978-65-85376-44-0



SCISAUDE
Teresina – PI – Brasil
scienceesaude@hotmail.com
www.scisaude.com.br



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o e-book "EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA 2", uma continuação da nossa jornada em busca de conhecimento baseado em evidências científicas, essencial para a prática eficaz e consciente na área de saúde pública. Este segundo volume aprofunda as discussões iniciadas no primeiro, oferecendo uma análise criteriosa das práticas e políticas que impactam a saúde coletiva, sempre com foco na aplicação prática do conhecimento.

Com uma abordagem interdisciplinar e atualizada, o e-book reúne pesquisas recentes, estudos de caso e análises críticas sobre os principais desafios e avanços em saúde pública. Questões como epidemiologia, vigilância sanitária, políticas de prevenção, e os impactos sociais das intervenções em saúde são discutidos de forma abrangente e acessível, permitindo que profissionais da saúde, gestores, pesquisadores e estudantes encontrem neste material uma fonte confiável de informações.

Além disso, "EVIDÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA 2" oferece reflexões sobre a importância da tomada de decisões informadas por dados concretos e evidências robustas, destacando como essas práticas podem melhorar a eficácia dos programas de saúde pública e, consequentemente, a qualidade de vida das populações.

Este e-book é um recurso valioso para todos que atuam ou se interessam pela área da saúde pública, oferecendo insights que podem influenciar positivamente a prática diária e o desenvolvimento de políticas de saúde mais justas e eficazes. Convidamos você a explorar este conteúdo rico e a utilizar as evidências apresentadas para fortalecer ainda mais sua atuação no campo da saúde pública. Que este guia seja uma ferramenta indispensável para a construção de um sistema de saúde mais eficiente e equitativo para todos.

Boa Leitura!!!



Sumário

CAPÍTULO 1.....	10
ABORDAGENS TERAPÊUTICAS NAS LESÕES POR PRESSÃO EM PACIENTES COM DIABETES.....	10
10.56161/sci.ed.202408267C1.....	10
CAPÍTULO 2.....	29
ANÁLISE DO NÍVEL DE DEPRESSÃO EM IDOSOS	29
10.56161/sci.ed.202408267C2.....	29
CAPÍTULO 3.....	46
BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DO PACIENTE APLICADAS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO Á LUZ DA LITERATURA	46
10.56161/sci.ed.202408267C3.....	46
CAPÍTULO 4.....	54
COMPOSTO NATURAL: QUINONA: AVALIANDO SUA IMPORTÂNCIA NA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	54
10.56161/sci.ed.202408267C4.....	54
CAPÍTULO 5.....	63
DISFUNÇÕES HEMATOLÓGICAS EM PACIENTES PORTADORES DE IMUNOSSUPRESSÃO EM HIV	63
10.56161/sci.ed.202408267C5.....	63
CAPÍTULO 6.....	76
FATORES ASSOCIADOS À FALHA NA ATIVAÇÃO OOCITÁRIA HUMANA.....	76
10.56161/sci.ed.202408267C6.....	76
CAPÍTULO 7.....	85
IMPLICAÇÕES DA COVID-19 PARA A SAÚDE MENTAL DOS IDOSOS	85
10.56161/sci.ed.202408267C7.....	85
CAPÍTULO 8.....	97
O SOFRIMENTO MORAL NO CONTEXTO LABORAL DA ENFERMAGEM.....	97
10.56161/sci.ed.202408267C8.....	97
CAPÍTULO 9.....	110
PREVALÊNCIA DE ANSIEDADE EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA	110
10.56161/sci.ed.202408267C9.....	110



CAPÍTULO 10.....	123
TDAA (TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE) EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	123
10.56161/sci.ed.202408267C10.....	123
CAPÍTULO 11.....	142
TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS NA SAÚDE MENTAL NO BRASIL: UM ESTUDO REFLEXIVO.....	142
10.56161/sci.ed.202408267C11.....	142
CAPÍTULO 12.....	152
UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA CRISPR-CAS9 PARA O TRATAMENTO DA TALASSEMIA ALFA INTERMEDIÁRIA, PATOLOGIA DE NATUREZA HEREDITÁRIA	152
10.56161/sci.ed.202408267C12.....	152
CAPÍTULO 13.....	164
OS BENEFÍCIOS DA IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS.....	164
10.56161/sci.ed.202408267C13.....	164
CAPÍTULO 14.....	174
CUIDADOS DE ENFERMAGEM PARA CRIANÇAS E NEONATOS COM ANEMIA FALCIFORME: REVISÃO DAS PRÁTICAS E DESAFIOS.....	174
10.56161/sci.ed.202408267C14.....	174
CAPÍTULO 15.....	183
A IMPORTÂNCIA DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS NA INFÂNCIA PARA A MANUTENÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NA IDADE ADULTA	183
10.56161/sci.ed.202408267C15.....	183
CAPÍTULO 16.....	191
A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA	191
10.56161/sci.ed.202408267C16.....	191
CAPÍTULO 17.....	200
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO PRÉ-NATAL À GESTANTE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: REVISÃO INTEGRATIVA	200
10.56161/sci.ed.202408267C17.....	200
CAPÍTULO 18.....	214
AUTOCUIDADO NO PUERPÉRIO: ABORDAGENS E BENEFÍCIOS PARA A RECUPERAÇÃO PÓS-PARTO.....	214
10.56161/sci.ed.202408267C18.....	214
CAPÍTULO 19.....	227
ABORDAGEM DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE NO ALCOOLISMO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	227



10.56161/sci.ed.202408267C19.....	227
CAPÍTULO 20.....	239
CASOS DE AIDS NOTIFICADOS NO BRASIL: ANÁLISE RETROSPECTIVA.....	239
10.56161/sci.ed.202408267C20.....	239
CAPÍTULO 21.....	252
A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NOS CUIDADOS EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL.....	252
10.56161/sci.ed.202408267C21.....	252
CAPÍTULO 22.....	267
O CONHECIMENTO DOS ENFERMEIROS SOBRE FERIDAS	267
10.56161/sci.ed.202408267C22.....	267
CAPÍTULO 23.....	278
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO FRENTE A IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA PERDA AUDITIVA NA INFÂNCIA	278
10.56161/sci.ed.202408267C23.....	278
CAPÍTULO 24.....	289
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À GESTANTE EM RISCO: CUIDADOS NA PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA	289
10.56161/sci.ed.202408267C24.....	289
CAPÍTULO 25.....	302
ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO AO RECÉM-NASCIDO COM COMPLICAÇÕES NEUROLÓGICAS	302
10.56161/sci.ed.202408267C25.....	302
CAPÍTULO 26.....	316
A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EFETIVIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	316
10.56161/sci.ed.202408267C26.....	316
CAPÍTULO 27.....	324
DOENÇA ARTERIAL CORONARIANA ATRAVÉS DA TOMOGRAFIA	324
10.56161/sci.ed.202408267C27.....	324
CAPÍTULO 28.....	339
O IMPACTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA REDUÇÃO DE HOSPITALIZAÇÕES	339
10.56161/sci.ed.202408267C28.....	339
CAPÍTULO 29.....	349
PERCEPÇÃO MULTIPROFISSIONAL FRENTE AOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS: REVISÃO DE LITERATURA	349
10.56161/sci.ed.202408267C29.....	349



CAPÍTULO 30.....	357
SABERES SOBRE: A INCORPORAÇÃO DO TRIKAFTA® PARA TRATAMENTO DE FIBROSE CÍSTICA	357
10.56161/sci.ed.202408267C30.....	357
CAPÍTULO 31.....	363
SAÚDE MATERNO- INFANTIL: DESAFIOS E AVANÇOS NO CUIDADO À MÃE E AO BEBÊ	363
10.56161/sci.ed.202408267C31.....	363
CAPÍTULO 32.....	373
DESENVOLVIMENTO DE MEMBRANA POLIMÉRICA ENRIQUECIDA COM PRÓPOLIS VERMELHA PARA AUXÍLIO NO TRATAMENTO LESÕES POR PRESSÃO	373
10.56161/sci.ed.202408267C32.....	373
CAPÍTULO 33.....	389
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS SAUDÁVEIS.....	389
10.56161/sci.ed.202408267C33.....	389
CAPÍTULO 34.....	397
DIAGNÓSTICO DE MENINGITE: O PAPEL DOS MÉTODOS DE IMAGEM NO RECONHECIMENTO E TRATAMENTO PRECOCE.....	397
10.56161/sci.ed.202408267C34.....	397
CAPÍTULO 35.....	405
TRANSFORMANDO A SAÚDE PÚBLICA ATRAVÉS DO FORTALECIMENTO DOS CUIDADOS PRIMÁRIOS	405
10.56161/sci.ed.202408267C35.....	405
CAPÍTULO 36.....	413
USO TERAPÊUTICO DO ÓLEO DE CANNABIS NO TRATAMENTO DO TEA: A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO FARMACÊUTICO.....	413
10.56161/sci.ed.202408267C36.....	413
CAPÍTULO 37.....	427
ENXAQUECA COM AURA EM PACIENTES DO SEXO FEMININO COM PSORÍASE: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA.....	427
10.56161/sci.ed.202408267C37.....	427
CAPÍTULO 38.....	441
PAPEL FACILITADOR DA COVID-19 NO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO SITEMÁTICA RÁPIDA	441
10.56161/sci.ed.202408267C38.....	441





CAPÍTULO 38

PAPEL FACILITADOR DA COVID-19 NO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UMA REVISÃO SITEMÁTICA RÁPIDA

ENABLING ROLE OF COVID-19 IN CHILD SEXUAL ABUSE: A RAPID SYSTEMATIC REVIEW

 10.56161/sci.ed.202408267C38

Diogo Moreira do Amaral

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Luciana Fernandes

Enfermeira mestre em ciências da saúde e professora pela Universidade São Francisco;

Felipe Forti da Silva

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Erick Rian Coutinho de Souza

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Gabriel Marques Falcão de Souza

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Felipe Barreto Silva Figueiredo

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Eduardo Henrique Quispe Mujica

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Guilherme Gregorio Viana Giesbrecht

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Odair Freitas Junior

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

Igor Pereira Alvarenga

Medicina, Universidade São Francisco, Bragança Paulista-SP;

RESUMO: A crise causada pelo vírus SARS-COV-2 evidenciou desafios significativos para a segurança e bem-estar das crianças. **OBJETIVO:** Fornecer uma visão sobre o abuso sexual infantil no contexto da pandemia de COVID-19 e discutir a situação brasileira nesse cenário. **MÉTODO:** Trata-se de uma revisão sistemática rápida de acordo com o protocolo PRISMA2020. A busca nas bases de dados (MEDLINE, LILACS e SciELO) com descritores



disponíveis no DeCS/MeSH resultou em 52 artigos, sendo 33% dos estudos inclusos nesta análise. A pesquisa e triagem foram feitas por dois autores independentes, e as discordâncias solucionadas por um terceiro colaborador. **RESULTADOS:** Após a análise textual completa de 27 artigos, as principais causas de exclusão foram: não ter download do texto completo $n = 1$, cobrar taxa para visualização $n = 4$, embargo na publicação $n = 1$ e decisão dos revisores $n = 4$. Dos 17 artigos aptos, cinco foram publicados em 2021, cinco em 2022, quatro em 2023 e três em 2024. O desenho de estudo mais prevalente foi do tipo observacional, seguido do tipo revisão e uma amostra transcultural. **CONCLUSÃO:** Fatores como o estresse econômico e a restrição de serviços sociais, foram preditores para o abuso sexual infantil, mas a pandemia atuou como facilitador de um problema que já era grave.

Palavras-chave: COVID-19; Abuso Sexual Infantil; Pandemia; Brasil; Medidas preventivas.

ABSTRACT: The crisis caused by the SARS-COV-2 virus has highlighted significant challenges to the safety and well-being of children. **OBJECTIVE:** To provide insight into child sexual abuse in the context of the COVID-19 pandemic and to discuss the Brazilian situation in this scenario. **METHOD:** This is a rapid systematic review according to the PRISMA2020 protocol. The search in the databases (MEDLINE, LILACS and SciELO) with descriptors available in DeCS/MeSH resulted in 52 articles, 33% of which were included in this analysis. The research and screening were carried out by two independent authors, and the disagreements were resolved by a third collaborator. **RESULTS:** After the complete textual analysis of 27 articles, the main causes of exclusion were: not having the full text download $n = 1$, charging a viewing fee $n = 4$, embargo on publication $n = 1$ and reviewers decision $n = 4$. Of the 17 eligible articles, five were published in 2021, five in 2022, four in 2023, and three in 2024. The most prevalent study design was observational, followed by review and cross-cultural sampling. **CONCLUSION:** Factors such as economic stress and the restriction of social services were predictors of child sexual abuse, but the pandemic acted as a facilitator of an already serious problem.

Keywords: COVID-19; Child Sexual Abuse; Pandemic; Brazil; Preventive measures.

INTRODUÇÃO

A manifestação e propagação do novo coronavírus, agente causador da pandemia de COVID-19, ameaçou à integridade física, psicológica e social da humanidade a partir do final de 2019 (OMS, 2020). Além da letalidade desse vírus, responsável por milhões de mortes, a pandemia impôs desafios sem precedentes para sistemas de saúde e redes de apoio social ao redor do mundo, gerando consequências sociopolíticas e econômicas (Souza et al., 2020; Lucas et al., 2020; Bareket-Bojmel et al., 2021).

Uma das alternativas propostas por diferentes governos para o controle e prevenção dos danos, foi o distanciamento social (Souza et al., 2020; Lucas et al., 2020; Bareket-Bojmel et al., 2021; Smith et al., 2024). Entretanto, as vacinas contra o vírus SARS-COV-2 foram as responsáveis pelo controle eficaz da pandemia, e evitaram outras centenas de milhares de mortes (Smith et al., 2024). Como na maioria dos países de todo o mundo, o Brasil foi gravemente afetado e o Governo Federal, embora com certa insegurança, adotou medidas preventivas severas na esperança de controlar a propagação do novo vírus (Giovanella et al., 2020; Fracalossi; Livia; Toscano, 2020).



O distanciamento social e o confinamento domiciliar, foram estratégias nacionais para o controle da doença, mas inevitavelmente alteraram a dinâmica das cidades, das empresas e o cotidiano intrafamiliar (Coalition, 2022). Apesar das crianças e os adolescentes constituírem uma parcela historicamente vulnerável, não foi o grupo com maior risco de morte pela COVID-19 (Bhopal; Bhopal, 2020; WHO, 2020; Mahase, 2022; Nicola et al., 2020), porém, é inquestionável que as medidas adotadas geraram consequências para esse público (WHO, 2020; Mahase, 2022).

As medidas citadas, de forma negativa, potencializaram os conflitos domiciliares (Coalition, 2022; WHO, 2020; Mahase, 2022). Um dos grandes dilemas da atualidade, é a constância da insegurança para as mulheres e crianças, seja no ambiente domiciliar ou em áreas públicas. Estima-se que mais de 1 milhão de crianças são vítimas de agressão física, sexual ou psicológica por ano no mundo, e atribui-se a pandemia de COVID-19 um papel influenciador para realidade (Coalition, 2022). De forma coletiva, essa violência foi agrupada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e titulada como maus-tratos infantis, que por definição é o abuso e negligência com as crianças menores de 18 anos.

Devido o fechamento das escolas, pelas medidas adotadas, a população infantojuvenil foi obrigada a passar muito mais tempo em casa com os familiares, que na maioria das vezes são os principais responsáveis por perpetuar essas agressões (Coalition, 2022). Há evidências de que paralelo ao aumento da taxa de desemprego, no período pandêmico, houve um incremento no número de queixas de maus-tratos infantil, o que demonstra que os danos “secundários” da pandemia de COVID-19 são incalculáveis (Coalition, 2022; Mahase, 2022; Nicola et al., 2020; OMS, 2020). Sabe-se que em algumas situações, as meninas assumiram relacionamentos intergeracionais no intuito de adquirir suprimentos básicos para a dignidade feminina, como absorventes e sabonetes. Porém, o acesso limitado aos serviços de ginecologia e de saúde sexual, devido ao controle da circulação pública, contribuíram para gestações indesejadas e doenças sexuais (Infecções Sexualmente Transmissíveis) (Mahase, 2022; Nicola et al., 2020; OMS, 2020; Ren, 2020).

Frente aos danos físicos e psicológicos gerados nos menores de 18 anos tanto pela pandemia quanto pelas estratégias de contenção (Ren, 2020), é crucial um olhar para os impactos da COVID-19 no abuso sexual na infância em um país com alta incidência de violência contra as crianças, como o Brasil. Diante disso, e pela carência de informações disponibilizada referentes a este período de insegurança social (2019-2022), entendemos a necessidade de estudos abordando essa problemática para subsidiar as novas estratégias públicas de controle e prevenção das agressões rotineiras contra a população infantojuvenil.



Este é um estudo primário no Brasil com o objetivo de fornecer uma visão sobre o abuso sexual infantil entre 2019 e 2022 no contexto da pandemia de COVID-19 e discutir a situação nacional nesse cenário.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática rápida da literatura. Apropriamos das recomendações do protocolo *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA 2020) (Page et al., 2020) para direcionar nossos esforços na construção dessa revisão com uma abordagem retrospectiva e análise qualiquantitativa das publicações mais recentes em diferentes plataformas.

A busca pelo material utilizado foi feita a partir da base de dados BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), limitando-se as seguintes plataformas: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Scientific Eletronic Library Online* (EciELO). Destaca-se que também analisamos informações contidas em organizações não governamentais internacionais ou nacionais que visam o bem-estar infantil, como a *Organização Mundial da Saúde* (OMS), *Save the Children International* (Save the Children) e o *MINISTÉRIO DA SAÚDE* (MS), setor governamental responsável pela administração, manutenção e implementações da saúde pública no Brasil.

Pra direcionamento na busca, criou-se a seguinte questão norteadora, através do anagrama PICO: As medidas adotadas durante a pandemia de COVID-19 contribuíram para o abuso sexual infantojuvenil no Brasil entre 2019 e 2022? Para responder essa questão, a busca na BVS foi feita com descritores fornecidos pelo DeCS (*Descritores em Ciências da Saúde*), equivalente ao MeSH (*Medical Subject Headings*) da seguinte forma: “Abuso Sexual Infantil” OR “Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes” OR “Abuso Sexual de Menores” AND “COVID-19”. As pesquisas ocorreram do dia 15 de junho até o dia 20 de junho e foi atualizada no dia 25 de julho de 2024.

Para essa estratégia de busca foram ofertados um total de 52 artigos indexados, sendo 48 artigos apresentados a partir de duas das plataformas selecionadas (MEDLINE e LILACS), no entanto, curiosamente não foi ofertado nenhum resultado pela SciELO. Na tentativa de solucionar esse empasse, pesquisamos com a mesma estratégia citada diretamente na SciELO, porém não obtivemos resultados. Ao filtrar os 52 resultados obtidos para textos completos apresentando como tema principal, um ou mais dos seguintes assuntos: COVID-19; Maus-Tratos Infantil; Abuso Sexual na Infância; Delitos Sexuais e Quarentena, 7 foram excluídos.



Os 45 estudos restantes foram exportados para o MENDELEY, um gerenciador de referências gratuito, e, em seguida para o RAYYAN, para exclusão das duplicatas (1 estudo) e triagem, respectivamente. A triagem foi feita pela leitura dos títulos e resumos de 44 artigos. Após a triagem 27 artigos foram incluídos na análise textual completa. Pela leitura completa 10 foram excluídos por não se adequarem aos critérios de inclusão.

Para ser incluído nessa revisão, os estudos precisavam necessariamente (1) incluir uma análise dos maus-tratos infantil durante a pandemia de COVID-19, (2) está em uma revista revisada por pares, (3) apresentar resumo, (4) texto completo, (5) está escrito em português, inglês ou espanhol e (6) ser de livre acesso. Destaca-se que não houve especificação para o tipo de estudo aceito nessa análise, portanto estudos empíricos, originais, artigos de revisão, capítulos de livros, teses ou dissertações foram aceitos. Os estudos publicados em um período maior que 5 anos, que não corresponderam a essas exigências (critérios de inclusão), ou não estavam acessíveis aos revisores foram imediatamente descartados. Artigos inacessíveis são aqueles que não apresentam download do texto completo disponível ou era necessário pagar uma taxa para a sua aquisição.

A análise dos resultados obtidos foi realizada por dois revisores independentes e em momentos distintos, (D.M.A e J.T.R.P). Os revisores indicaram se os artigos se adequavam ou não aos critérios de inclusão e cada artigo discordante foi discutido entre três revisores (D.M.A, J.T.R.P e L.F), até que se chegasse em um acordo mútuo. Nos casos de discordâncias diretas entre os dois principais revisores (D.M.A e J.T.R.P), o terceiro revisor (L.F) foi o responsável por incluir ou não o texto na análise. Todos os revisores usaram o *National Institutes of Health National Heart, Lung, and Blood Institute Study Quality Assessment Toolbox*,¹⁵ para investigar se os artigos incluídos apresentavam viés significativo. No total 17 estudos foram incorporados nessa revisão rápida. Este estudo não foi submetido a um comitê de revisão institucional, pelo fato de que artigos de revisão da literatura não aborda ou inclui humanos como amostra.

RESULTADOS

Inicialmente, um total de 52 artigos foi encontrado na BVS, mas 35 não entraram em nossa análise. Foram excluídos sete artigos durante a busca por não estarem indexados nas plataformas selecionadas (MEDLINE, LILACS e SciELO, [n = 4]), não apresentar texto completo (n= 1) e não possuir como assunto principal (COVI-19, Maus-Tratos Infantil, Abuso Sexual na Infância, Delitos Sexuais ou Quarentena, [n = 2]). Em seguida 45 artigos foram exportados para o MENDELEY e as duplicatas foram retiradas (n = 1). Após exclusão das duplicatas, os 44 estudos restantes foram direcionados para o RAYYAN e, então, 17 foram



descartados, por ausência de resumo (n = 8) e pela aplicação dos critérios de inclusão (n = 9). Após a análise textual completa de 27 artigos, os revisores descartaram aproximadamente 37% desses estudos (não ter download do texto completo disponível n = 1, cobrar taxa para visualização n = 4, embargo na publicação n = 1 e decisão dos revisores n = 4).

Uma amostragem final de 17 artigos, foi finalmente incluída nessa revisão sistemática rápida. A Quadro 1 demonstra algumas das principais características de cada estudo quanto ao autor, ano de publicação, periódico para acesso, objetivo principal e conclusão.

Quadro 1: Características dos artigos da revisão

AUTOR/ ANO	PERIÓDICO	OBJETIVOS	CONCLUSÃO
Rapp, A et al. (2021)	Pediatric Clin North Am	Sintetizar a literatura em torno da covid-19 e dos maus-tratos infantis	O estresse parenteral e as dificuldades econômicas foram preditores para a negligência infantil
Elizabeth, S et al. (2021)	Child Abuse Negl	Comparar os tipos de abuso infantil nos 6 meses antes e depois do fechamento das escolas	Houve aumento na incidência de ASI após o fechamento das escolas
Else-Marie, A et al.(2021)	Child Abuse Negl	Estabelecer as taxas de abuso infantil durante o primeiro lockdown por COVID-19	As medidas preventivas atingiram a população adolescente de forma desigual
Quraish, S et al.(2021)	J Paediatric and Child Health	Fornecer uma visão sobre o aumento dos casos de abuso infantil em Uganda durante a pandemia COVID-19	Aumento no ASI e TI. Acesso limitado às necessidades básicas desde o bloqueio nacional
Dafna, T et al. (2021)	Child Abuse Negl	Comparar as experiências de atuantes com VASI durante a COVID-19 nos EUA e ISR	Esforços governamentais e comunitários são necessários para desenvolver redes de segurança contra o ASI
Jennifer, P et al. (2022)	West J Emerg Med	Examinar as incidências de abuso e agressão relatados durante a pandemia de COVID-19	Os volumes de emergência diminuíram, mas aumentou a utilização de serviços relacionados ao ASI
Riddell, C et al. (2022)	Prev Med	Estimar o efeito das políticas adotadas sobre o abuso infantil, conforme capturado pelas pesquisas do Google	Não há evidências de que as políticas de confinamento levaram ao aumento do volume de pesquisas por abuso infantil no google

Junewicz, A et al. (2022)	J Am Acad Child Adolesc Psychiatry	Conscientizar os profissionais sobre as possíveis maneiras que a COVI-19 exacerbou a exploração sexual comercial de crianças nos EUA	Os profissionais de saúde mental infantil devem procurar mitigar a exploração sexual comercial de crianças em nível estrutural e comunitário
Amick, M et al. (2022)	Child Abuse Negl	Determinar a incidência de visitas de emergência relacionadas a maus-tratos infantis antes e durante a COVID-19	As visitas ao pronto-socorro por abuso físico e sexual diminuíram, mas os casos de negligência aumentaram
Long, M et al. (2022)	Int J Environ Res Public Health	Investigar como os maus-tratos infantis foram afetados pela COVID-19	Os maus-tratos infantis diminuíram a curto prazo, mas aumentaram 8 meses após bloqueio
Razzaq, F et al. (2023)	J Public Health Policy	Testar um programa piloto de alfabetização em vídeo para conscientizar as crianças	Os resultados são suficientemente encorajadores. Recomenda-se mais estudos com maior escala para validação dos dados
Onyinyechi Maduakolam, I et al. (2024)	J Chil Sex Abuse	Avaliar o conhecimento e experiência da VS entre ASF em EP no estado de Enugu, durante a COVID-19	As adolescentes do SF apresentaram bom nível de conhecimento sobre VS. As mulheres correm maior risco de VS em tempos de crise
Owusu-Addo, E et al.(2024)	Child Abuse Negl	Examinar a prevalência e os fatores associados ao abuso sexual entre meninas adolescentes no contexto da pandemia de COVID-19 em Gana	O abuso sexual infantil aumentou durante o bloqueio. Uma das principais lições aprendidas, foi o papel vital das escolas na proteção das crianças
Huang, N et al. (2024)	Child Abuse Negl	Analisar e resumir as taxas de prevalência, os fatores de risco e de proteção relacionados aos maus-tratos infantis durante a COVID-19	Há necessidade de medidas preventivas contra o ASI durante bloqueios futuros e mais estudos de replicação
Aleissa, M et al. (2024)	East. Mediterr. Health J.	Documentar e comparar relatos da mídia sobre violência infantil antes e durante a COVID-19	O bloqueio em resposta à COVID-19 influenciou a incidência de ASI na região do MO



Carsley, S et al. (2024)	Child Abuse Negl	Examinar o impacto da COVID-19 no abuso e negligência infantil em crianças de até 18 anos	Há divergências se o ASI aumentou ou diminuiu durante a pandemia
Drejer, C et al (2024)	Trauma Violence Abuse	Examinar a transmissão ao vivo como forma de exploração e de ASI online	A IM de um agressor de transmissão ao vivo foi maior do que IM dos agressores de ASI online

Fonte: Autores, 2024. **ASI;** Assédio Sexual Infantil. **TI;** Trabalho Infantil. **VS;** Violência Sexual. **SF;** Sexo Feminino. **ASF;** Adolescentes do Sexo Feminino. **EP;** Escolas Públicas. **IM;** Idade média. **MO;** Mediterrâneo Oriental. **EUA;** Estados Unidos da América. **ISR;** Israel.

Característica marcante da presença global dos maus-tratos infantis e da COVID-19, é representada pelo número de artigos abordando essa temática entre 2021 e 2024. Pelo menos até a data de nossa última pesquisa, do total de nossa amostra, cinco foram publicados em 2021, cinco em 2022, quatro em 2023, e três em 2024. Houve uma importante variação em relação ao desenho de estudo dos artigos. Uma grande parte foi do tipo observacional, mas positivamente, estudos de prevalência, de incidência, e do tipo revisão, também compuseram nossa análise. Uma abordagem qualitativa com amostragem transcultural foi observada.

Não foi constatado nenhum estudo com uma abordagem semelhante à nossa, porém destaca-se a existência de uma revisão sistemática rápida publicada em 2021.

Os artigos abordados consideraram a definição mais aceita e difundida de maus-tratos infantis, proposta pela OMS. Portanto, não houve uma considerável discrepância nas definições utilizadas nos estudos dessa revisão. Não há um consenso na literatura, se de fato ocorreu aumento ou diminuição na incidência dos abusos sexuais de menores de 18 anos durante o período mais agressivo da COVID-19, mas todos os artigos inclusos ofertaram uma análise dos danos físicos, psicológicos, sociais e culturais da negligência infantil nesse período.

CENÁRIO BRASILEIRO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL ENTRE 2019 E 2022

Pelo código penal brasileiro, estupro de vulneráveis é um tipo de crime específico para os casos de abuso sexual de indivíduos com até 14 anos de idade ou incapazes de consentir. Porém, para uma melhor abordagem, em nossa análise iremos seguir o proposto pela Organização Mundial da Saúde, nos referindo à maus-tratos infantil ou abuso sexual infantil ou estupro por faixas etárias. Isso significa, que não iremos nos referir a “estupro de vulneráveis” nesse texto, mas estamos considerando este tipo de registro.

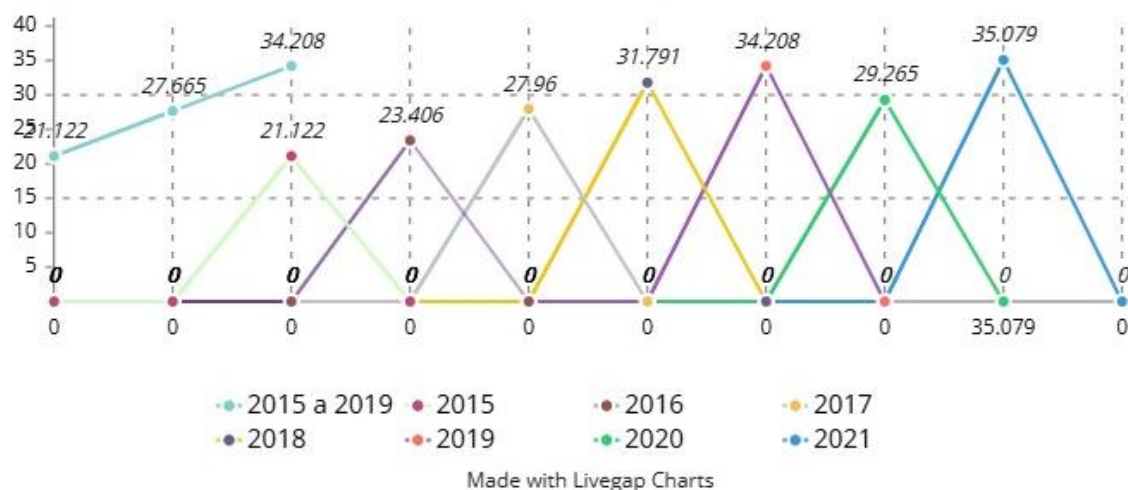


De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Costa, 2023), publicados em 2023, o Brasil tem aproximadamente 822 mil casos de estupro por ano (cerca de 2 a cada minuto), sendo 8,5% dos crimes registrados pela polícia e 4,2% pelo sistema de saúde. Contudo, há uma enorme subnotificação de casos e esse número representa uma parte mínima do problema que assola o território brasileiro.

O boletim epidemiológico publicado em maio de 2023 pelo MS (Ministério da Saúde, 2023), mostrou um aumento na incidência de estupro infantil no Brasil. Entre 2015 e 2021, foram registrados 202.948 casos de violência sexual contra crianças (0-9 anos, $n = 83.571$) e adolescentes (9-19 anos, $n = 119.377$). O ano de 2021 foi marcado pelo maior número de registros de abuso sexual infantojuvenil nesse período (aproximadamente 35.000 casos), sendo 14.009 crianças e 21.070 adolescentes. Houve um aumento acentuado na incidência de abuso sexual com um acréscimo de 13.086 novos casos entre 2015 e 2019 (21.122 e 34.208 casos respectivamente). No entanto, no ano de 2020 houve uma diminuição no número de casos em relação aos anos anteriores ([0-9 anos, $n = 12.075$], [adolescentes $n = 17190$], total = 29.265). O Gráfico 1 mostra essa relação. No mesmo gráfico é possível observar uma alteração, inequívoca, no padrão dos registros anuais em 2020. Acredita-se que essa oscilação seja pelos impactos que as medidas sociais impostas em resposta a COVID-19 geraram nos serviços e nos horários de funcionamento dos órgãos públicos (UNICEF, 2021). Nota-se uma queda acentuada no número de registros entre os meses de março a maio de 2020 (Ministério da Saúde, 2023), momento em que as restrições sociais eram mais severas (UNICEF, 2021), e um aumento para os níveis próximos do que se espera nos meses seguintes, de acordo com a média dos três anos anteriores (2017-2019). A quebra no padrão de registros no período, elucida a subnotificação existente e infere que, possivelmente, em 2020 tenha ocorrido um número de estupro infantil significativamente superior aos anos anteriores (Ministério da Saúde, 2023; UNICEF, 2021). Essa constatação não é uma surpresa, pois esperava-se uma defasagem nos registros de todos os serviços, seja de saúde, segurança pública ou socioepidemiológicos.



Gráfico 1: Número de notificação de estupro contra crianças e adolescentes por ano (2015-2021). Escala 1:1000



Fonte: Autores, 2024.

A ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDDH), consorciada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2022), informou um total de 7.447 casos de estupro no Brasil nos primeiros meses de 2022 (janeiro-maio). A maioria das vítimas foram crianças ou adolescentes (79% das denúncias, [n = 5.881]). Comparado com o mesmo período do ano anterior, houve uma variação de 1.406 novos casos. Esse cenário perdurou durante o ano de 2022, fazendo com que fosse historicamente o ano com maior número de registros notificados de estupro (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), sendo 74.930 vítimas. Do número total de 2022, 75,8% eram incapazes de consentir (menos de 14 anos ou por qualquer outro motivo) e 24,2% tinham mais de 14 anos. A população infantojuvenil foi a mais afetada: 10,4% eram bebês e crianças (0-4 anos); 17,7% tinham entre 5 e 9 anos e 33,2% entre 10 e 13 anos. Portanto, 61,4% possuíam no máximo 13 anos. Inconvenientemente, a cada 10 vítimas de violência sexual 8 tinham menos de 18 anos. Os Gráficos 2 e 3, mostram a evolução do número de estupro de 2011 a 2022, e a relação entre estupro e idade das vítimas no Brasil em 2022, respectivamente.

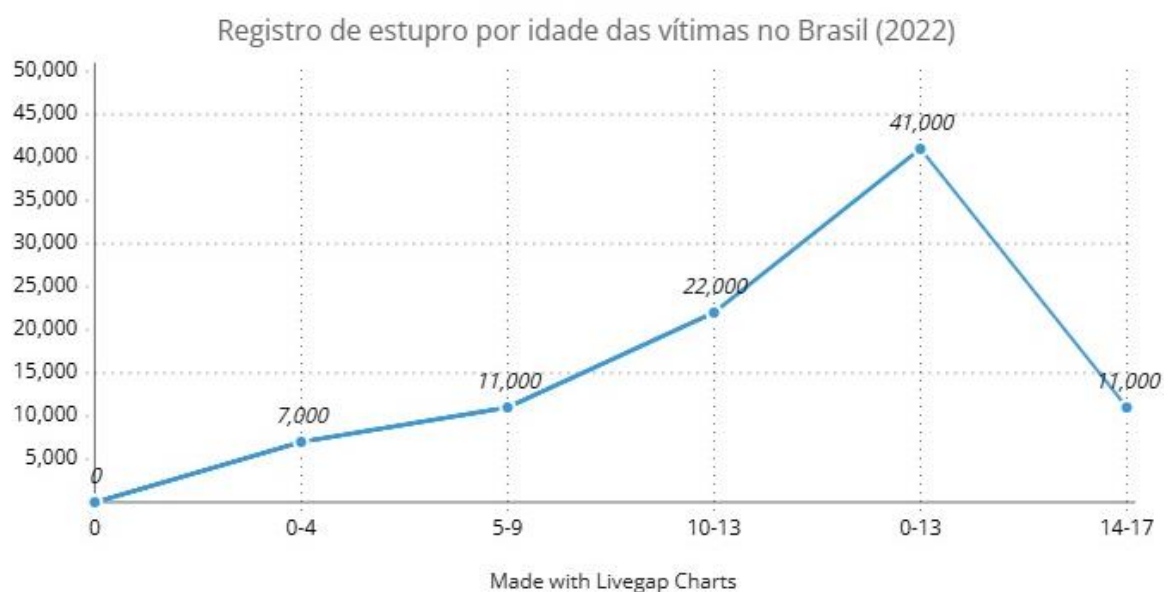


Gráfico 2: Evolução do número total de estupro no Brasil (2011-2022).



Fonte: Autores, 2024.

Gráfico 3: Registro de estupro por idade das vítimas no Brasil (2022).



Fonte: Autores, 2024.

Em 2022 foram quase 41 mil casos de estupro contra menores de 13 anos, sendo aproximadamente 7 mil casos contra crianças de 0-4 anos, 11 mil entre 5 e 9 anos, e mais de 22 mil entre 10-13 anos. Para a população adolescente com idade entre 14 e 17 anos foi registrado um total de 11 mil casos. O pico do abuso sexual contra as meninas foi próximo dos 13 anos de idade, mas há um alto número de vítimas femininas entre 3 e 4 anos de idade. Em relação a



população masculina, embora haja menos registros, o pico de casos para a idade se dá aos 4 anos de idade.

Difícilmente poderíamos apresentar resultados piores que os de 2022 para o Brasil. A violação do direito a integridade física através da importunação sexual esteve presente durante todo o ano. Entretanto, observe, que embora seja um dado negativo, a constatação de que em 2022 foi registrado o maior número de casos de estupro no Brasil, mostra que a pandemia de COVID-19, mesmo com a subnotificação, não foi o grande fator para esse crime, pois já havia sido alterada as normas de segurança social, restando, de modo mais proeminente, as consequências da COVID-19 e os hábitos preexistentes como fatores para o estupro.

DISCUSSÃO

Utilizando da metodologia para uma revisão sistemática rápida, este estudo analisou um dos impactos secundários da COVID-19. Buscamos demonstrar, se a pandemia relacionada ao vírus SARS-COV-2 foi pontual para a prevalência do abuso sexual infantil. A diversidade dos estudos abordados expõe a complexidade dessa correlação, especialmente pelo fato de ser uma temática que está sendo construída em tempo real, visto o aumento no número de estudos buscando essa inter-relação nos últimos quatro anos. Discutir sobre o abuso sexual infantil no Brasil e no mundo não é fácil, pois trata-se de um campo multifacetado, onde hábitos culturais, características sociodemográficas e as políticas de segurança estão amplamente mescladas nessa inadequada realidade. Historicamente o grupo infantojuvenil é um grupo marcado pela vulnerabilidade social, portanto, não é segredo que a situação causada pelo vírus SARS-COV-2 colocou mais uma vez este grupo em desvantagem. Nossos resultados apontam um aumento significativo no número de registros de estupro no período analisado, especialmente no ambiente domiciliar e nas relações intrafamiliares, como consequência da pandemia de COVID-19. Contudo, apesar dessa constatação, a interpretação da evolução dos registros de estupro de menores por ano no Brasil de 2011 a 2019, deixa claro que havia uma tendência para o aumento desse crime nos últimos anos. A pandemia, de maneira indireta, foi determinante para o agravante (Augusti; Sætren; Hafstad, 2021), mas isso foi apenas um mediador do problema nacional vivenciado há décadas (Coalition, 2018).

Há divergências se de fato aumentou ou diminuiu a incidência do abuso sexual infantil durante a COVID-19 (Carsley et al., 2024). Embora o número de denúncias, os registros de maus-tratos infantis e as visitas aos pronto-socorro por abuso sexual diminuíssem a curto prazo (Pallansch et al., 2022; Amick et al., 2022; Long et al., 2022), houve um aumento na negligência infantil no Brasil (Amick et al., 2022), especialmente no ano de 2020 (Costa, 2023; UNICEF,



2021); Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Atribui-se à diminuição no volume de serviços ofertados a possível causa para a queda nos registros. Segundo Long et al. (2022) a longo prazo (após 8 meses), os maus-tratos infantis aumentaram.

Concomitantemente a Long et al. (2022) outras duas análises apontam, de modo veemente, que houve um aumento considerável na incidência do abuso físico e sexual de crianças e adolescentes no decorrer da crise sanitária. Os mesmos autores, também relatam que o trabalho infantil teve uma variação positiva, ou seja, enquanto as escolas estavam fechadas o trabalho infantil e os maus-tratos infantis aumentaram no Brasil (Salt, 2021; Sserwanja; Kawuki; Kim, 2020; Owusu-Addo, 2023). Outra vez, esses dados são assertivos, mas a correlação entre ausência das atividades escolares e aumento do trabalho infantojuvenil é algo crônico no território brasileiro e não consequência direta da crise de saúde.

Os dados da ONU (Organização das Nações Unidas) (Owusu-Addo 2023), reforça nossos resultados, ao apontam que a maioria dos delitos sexuais contra as crianças e os adolescentes ocorrem no ambiente intrafamiliar, embora as taxas de prevalência variem consideravelmente (Salt, 2021; Rapp et al., 2021; Sserwanja; Kawuki; Kim, 2020; Owusu-Addo, 2023; Aleissa et al., 2024). Os principais agressores são do sexo masculino (responsáveis por mais de 81% dos casos contra crianças de até 9 anos de idade e 86% dos casos contra adolescentes com 10 a 19 anos no Brasil, entre 2015 e 2021) (Costa, 2023; Ministério da Saúde, 2023; UNICEF, 2024; MMFDH, 2023; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; UNICEF, 2020; Aprile et al., 2020). Notoriamente, em quase toda totalidade, as vítimas possuem convívio contínuo com os opressores, o que gera sofrimento físico e psicológico constante (UNICEF, 2020; Aprile et al., 2020). Não deveria ser discutido quais lugares são mais propícios para esse tipo de abuso, entretanto, as casas das vítimas, consequentemente da maioria dos agressores, são ambientes com ausência de monitoramento do Estado, ou por vezes, o local onde as “ideologias individuais e o lado criminoso” dos agressores encontram oportunidades para sobressair as outras individualidades. Isso corrobora, a necessidade das campanhas de prevenção, combate e de conscientização das violações contra a infância veiculadas pelas grandes mídias (Fracalossi; Lívia; Toscano, 2020; Costa, 2023; Ministério da Saúde, 2023; UNICEF, 2024; MMFDH, 2023; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; UNICEF, 2020; Aprile et al., 2020; González; Abdalá, 2019; Abufhele; Jeanneret, 2020).

Apesar do estudo piloto (Razzaq et al., 2023), de alfabetização em vídeo com o intuito de conscientizar as crianças apresentar bons resultados e aparentemente as adolescentes do sexo feminino demonstrarem bom nível de conhecimento sobre a violação sexual (Onyinyechi Maduakolam et al., 2023), o número de queixas e a busca por ajuda pelas vítimas não condiz



com os apontamentos. Para Aprile et al. (2020), o sofrimento prolongado faz com que as vítimas aprendam a ficar em silêncio, por medo das ameaças vivenciadas, e a considerar que não serão ouvidas e confiadas em suas histórias. Isso significa, que mesmo entendendo o que está acontecendo as vítimas encontram dificuldades em relatar o ocorrido por insegurança ou receio de julgamentos ou até mesmo medo dos apontamentos daqueles que deveriam auxiliá-las e assegurar sua segurança (Coalition, 2022; Onyinyechi Maduakolam et al., 2023; Aprile et al., 2020).

Considerando que essa injúria ocorre predominantemente no seio familiar, na maioria das vezes, a violação acontece quando a mãe está ausente, nos momentos que o agressor oferece ajuda para trocar a roupa da criança ou “ajudá-la” no banho ou, também frequentemente, quando há impossibilidade de relatar o ocorrido, como nos casos de incapacidade física e intelectual (Aprile et al., 2020). Essa infração sexual pode ocorrer de duas formas: de maneira indireta (sem contato físico), por meio de olhares, palavras e exposição dos menores a objetos ou situações de caráter sexual, e de modo direto (com contato físico), através de toques, masturbação do adulto ou da criança, estimulação dos órgãos genitais e penetração anal ou vaginal (Coalition, 2022; Ren, 2020; Sserwanja; Kawuki; Kim, 2020; Tener et al., 2020). As consequências do estupro para as vítimas sobreviventes são inúmeras, contudo, conhecidamente as crianças geralmente apresentam mal comportamento social, baixo rendimento acadêmico, distanciamento, distração, mentiras, fugas e até roubo (González; Abdalá, 2019; Abufhele; Jeanneret, 2020; Mouesca, 2016).

Em situação normal, essas características que erroneamente são entendidas como escolhas, quando na maioria das vezes são reflexos de sofrimento, podem ser observadas pelos profissionais atuantes nas escolas e nos locais públicos, como museus, parques e cinemas (Coalition, 2022; Owusu-Addo, 2023). Inquestionavelmente, a realidade desse público foi alterada com as políticas governamentais em resposta a COVID-19, ao passo que as possibilidades para a prática desse crime foram potencializadas quando os menores de 18 anos passaram a permanecer mais tempo com os possíveis agressores (Coalition, 2022; Ren, 2020) pelo fechamento das escolas e a restrição de alguns serviços sociais (Owusu-Addo, 2023; Costa, 2023; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Essa condição é referida pela UNICEF, e confirmada no estudo de Rapp et al. (2021) que aponta o maior risco de violência e abusos contra essa parcela da população nas situações em que as escolas encerram e os serviços sociais são interrompidos. Esses apontamentos elucidam o papel fundamental exercido pelas escolas na proteção das crianças. Profissionais de diferentes continentes (América e Ásia), que atuaram com crianças vítimas de estupro no



período em questão afirmaram que a perda do contato interpessoal entre as vítimas e indivíduos formais (como educadores, pediatras, terapeutas, assistentes sociais e outros adultos capacitados para reconhecer e denunciar o abuso sexual) foi crucial para o encorajamento dos criminosos (Tener et al., 2020).

Devido ao caráter multifatorial desse crime, torna-se impreciso apontar uma causa comum para os delitos, mas dos fatores mais prevalentes tanto para a negligência quanto para o abuso sexual infantil durante a pandemia foi o problema econômico (Ren, 2020; Mahase, 2022; Rapp et al., 2021). O desemprego, fator marcante dos períodos de lockdown, junto com o estresse fisiológico gerado pelo confinamento, foram precursores para o abandono e maus-tratos infantis (Rapp et al., 2021; Augusti; Sætren; Hafstad, 2021; Long et al., 2022; Razzaq et al., 2023). Esse apontamento corrobora os resultados de nossa revisão e são compatíveis com análises elaboradas em 2019 e em 2020 (González; Abdalá, 2019; Abufhele; Jeanneret, 2020), que relatam a falta de aquisição monetária como fator para o sofrimento infantil durante crises humanitárias. No questionamento de Tener et al. (2020), os profissionais dos Estados Unidos da América (EUA) e de Israel (ISR) reconheceram que a condição financeira prejudicada, o estresse e a insegurança gerada pela pandemia resultaram nas consequências vivenciadas pelo público infantojuvenil.

Mesmo com a subnotificação, alguns autores não possuem dúvidas de que entre os danos secundários da pandemia estão os crimes sexuais. Em Uganda (Sserwanja; Kawuki; Kim, 2020), na África, e em outros locais (Ren, 2020), como no Mediterrâneo Oriental (Aleissa et al., 2024), o aumento na incidência da transgressão sexual infantil foi paralelo a diminuição no acesso dos serviços básicos. A constatação de situações em que as adolescentes eram submetidas a exploração sexual em troca de produtos de higiene íntima (Ren, 2020), reflete a necessidade de que setores governamentais e comunitários (Tener et al., 2020), junto com os profissionais de saúde mental (Junewicz; Sohn; Walts, 2022), desenvolvam estratégias tanto de contenção e prevenção da mercantilização sexual quanto para o fornecimento de substratos imprescindíveis para a dignidade feminina (Huang et al., 2023).

De acordo com a nossa estratégia de busca, não foi ofertado nenhum estudo nacional com essa abordagem, portanto, esta é uma revisão pioneira no Brasil. Apesar disso, esta análise possui limitações, entre elas o fato de ser um tema em desenvolvimento com poucas investigações e carência de estratificação das amostras para melhor entendimento do cenário. Ademais, as divergências dos resultados podem ser pela inclusão de diferentes tipos de artigos, uma característica dessa revisão. São várias as implicações diretas desse estudo, porém, destaca-se a exacerbação da vulnerabilidade infantil no Brasil, a subnotificação e diminuição



no número de denúncias e a variação na forma que a COVID-19 afetou a população infantojuvenil. Outro assim, é de que a pandemia apenas contribuiu como mediador, sendo inapropriado atribuir-se a pandemia como base, ainda que momentânea, de um problema primário já enraizado em nossa sociedade.

CONCLUSÃO

Em suma, conclui-se que a COVID-19 exacerbou o problema dos maus-tratos infantis, revelando a fragilidade das redes de proteção existentes no mundo, mas no Brasil, a questão é mais profunda e enraizada em fatores estruturais e sociais preexistentes. Apesar de uma certa variação nos resultados dos estudos, a evidência sugere que a COVID-19 agiu como um facilitador para esse crime. Esse estudo contribui significativamente para a compreensão dos efeitos da pandemia sobre a segurança das crianças e ressalta a necessidade de uma abordagem integrada e proativa para enfrentar e prevenir o abuso sexual infantil em todas as circunstâncias.

REFERÊNCIAS

1 Organização Pan-Americana da Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde [Internet]. www.paho.org. 2020. Available from: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

SOUZA, Patrícia Bezerra et al. Impactos da Pandemia do Sars-Cov-2 no Comportamento de Crianças e Adolescentes/Impacts of the Sars-Cov-2 Pandemic on Children and Adolescents Behavior. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 14, n. 53, p. 962-978, 2020

3 Lucas LS, Alvin A, Porto DM, da Silva AG, Pinheiro MIC. Impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: orientações do Departamento de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Associação Brasileira de Psiquiatria. *Revista Debates em Psiquiatria*. 2020;10(2):74.

4 Bareket-Bojmel L, Shahar G, Margalit M. COVID-19-Related Economic Anxiety Is As High as Health Anxiety: Findings from the USA, the UK, and Israel. *International Journal of Cognitive Therapy*. 2020 May 29.

5 Smith DG, Smith CD, DeLeon JA, Sandoz JL, Ochoa CO, Pearson MP, et al. Factors influencing COVID-19 vaccine uptake among Latinos: A cross-sectional study. *PloS one*. 2024 Jul 5;19(7): e0302332–2.

6 Giovanella L, Medina MG, Aquino R, Bousquat A. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. www.arca.fiocruz.br [Internet]. 2020; Available from: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45775>

7 Fracalossi R, Livia L, Toscano CM. Covid-19 e medidas de distanciamento social no Brasil: análise comparativa dos planos estaduais de flexibilização. 2020 Aug 1; 25:19–9.



8 COALITION, Joining Forces. Keeping Children Safe in Uganda's COVID-19 Response. **Kampala: Global Social Service Workforce Alliance. Retrieved**, v. 15, 2022.<https://resourcecentre.savethechildren.net/document/keeping-children-safe-ugandas-covid-19-response/>

9 Bhopal SS, Bhopal R. Sex differential in COVID-19 mortality varies markedly by age. *The Lancet*. 2020 Aug;396(10250):532–3.

10 Estimating Mortality from COVID-19. Geneva - Bing [Internet]. Bing. 2022 [cited 2024 Jul 16]. Available from:
https://www.bing.com/search?pglt=43&q=Estimating+Mortality+from+COVID-19.+Geneva&cvid=007a177bb818475caffb89f802e6d332&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEUUYOTIGCAEQABhAMgYIAhAAGEAyBggDEAAYQDIGCAQQABhAMgYIBRAAGEAyBggGEAAYQDIGCAcQABhAMgYICBAAGEDSAQgxMDIxaBqMagCCLACAQ&FORM=ANNTA1&PC=LCTS

11 Mahase E. Covid-19: schools set to close across UK except for children of health and social care workers. *BMJ*. 2020 Mar 19; m1140.

12 Nicola M, Alsafi Z, Sohrabi C, Kerwan A, Al-Jabir A, Iosifidis C, et al. The Socio-Economic Implications of the Coronavirus and COVID-19 Pandemic: a Review. *International Journal of Surgery* [Internet]. 2020 Apr 17;78(1):185–93. Available from:
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1743919120303162>

13 Ren, Grace. "Violence against children exacerbated by COVID-19 lockdowns." *Health Policy Watch* 18 (2020).

14 Page MJ, Moher D, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. PRISMA 2020 Explanation and elaboration: Updated Guidance and Exemplars for Reporting Systematic Reviews. *BMJ* [Internet]. 2021 Mar 29;372(160). Available from:
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8005925/>

15 Moher D. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement. *Annals of Internal Medicine*. 2019 Aug 18;151(4):264.

16 Rapp A, Fall G, Radomsky AC, Santarossa S. Child Maltreatment During the COVID-19 Pandemic. *Pediatric Clinics of North America*. 2021 Oct;68(5):991–1009.

17 Salt E, Wiggins AT, Cooper GL, Benner K, Adkins BW, Hazelbaker K, et al. A comparison of child abuse and neglect encounters before and after school closings due to SARS-Cov-2. *Child Abuse & Neglect*. 2021 Aug; 118: 105132.



18 Augusti EM, Sætren SS, Hafstad GS. Violence and abuse experiences and associated risk factors during the COVID-19 outbreak in a population-based sample of Norwegian adolescents. *Child Abuse & Neglect*. 2021 Aug; 118:105156.

19 Sserwanja Q, Kawuki J, Kim JH. Increased child abuse in Uganda amidst COVID -19 pandemic. *Journal of Paediatrics and Child Health*. 2020 Dec 9;57(2).

20 Tener D, Marmor A, Katz C, Newman A, Silovsky JF, Shields J, et al. How does COVID-19 impact intrafamilial child sexual abuse? Comparison analysis of reports by practitioners in Israel and the US. *Child Abuse & Neglect*. 2020 Oct;104779.

21 Pallansch J, Milam C, Ham K, Morgan P, Manning J, Salzman J, et al. Intimate Partner Violence, Sexual Assault, and Child Abuse Resource Utilization During COVID-19. *Western Journal of Emergency Medicine*. 2022 Jul 11;23(4):589–96.

22 Riddell CA, Farkas K, Neumann K, Santaularia NJ, Ahern J, Mason SM. US shelter in place policies and child abuse Google search volume during the COVID-19 pandemic. *Preventive Medicine*. 2022 Oct; 163:107215.

23 Junewicz A, Sohn IE, Walts KK. COVID-19 e jovens que sofreram exploração sexual comercial: um papel para profissionais de saúde mental infantil durante e após uma pandemia. *J Am Acad Psiquiatria Infantil e Adolescente*. Setembro de 2022; 61(9):1071-1073. DOI: 10.1016/j.jaac.2022.03.015.

24 Amick M, Bentivegna K, Hunter AA, Leventhal JM, Livingston N, Bechtel K, Holland ML. Child maltreatment-related children's emergency department visits before and during the COVID-19 pandemic in Connecticut. *Abuso Infantil Negl*. 2022 junho; 128:105619. DOI: 10.1016/j.chiabu.2022.105619.

25 Long M, Huang J, Peng Y, Mai Y, Yuan X, Yang X. The Short- and Long-Term Impact of COVID-19 Lockdown on Child Maltreatment. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. 2022 Mar 12;19(6):3350.

26 Razzaq F, Siddiqui A, Ashfaq S, Bin Ashfaq M. Enhancing children's awareness of sexual abuse in Pakistan with video literacy interventional cartoons. *J Public Health Policy*. 2023 Jun;44(2):214-229. doi: 10.1057/s41271-023-00408-7.

Onyinyechi Maduakolam, Ijeoma et al. Knowledge and experience of sexual violence among female adolescents in public schools in Enugu State during the COVID-19 pandemic. **Journal of child sexual abuse**, v. 32, n. 2, p. 204-224, 2023.

28 Owusu-Addo E, Owusu-Addo SB, Bennor DM, Mensah-Odum N, Deliege A, Bansal A, et al. Prevalence and determinants of sexual abuse among adolescent girls during the COVID-19 lockdown and school closures in Ghana: A mixed method study. *Child Abuse & Neglect*. 2023 Jan; 135:105997.

29 Huang N, Yang F, Liu X, Bai Y, Guo J, Riem MME. The prevalences, changes, and related factors of child maltreatment during the COVID-19 pandemic: A systematic review. *Child Abuse Negl*. 2023 Jan; 135:105992. doi: 10.1016/j.chiabu.2022.105992.



30 Aleissa, Majid et al. Media reporting of violence against children in the Eastern Mediterranean Region during the early days of COVID-19 pandemic. **Eastern Mediterranean health journal**, v. 30, n. 4, p. 255-263, 2024.

31 CARSLEY, Sarah et al. Child abuse and neglect during the COVID-19 pandemic: an umbrella review. **Child Abuse & Neglect**, v. 149, p. 106645, 2024.,
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2024.106645>
(<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213424000140>)

32 Drejer C, Riegler MA, Halvorsen P, Johnson MS, Baugerud GA. Livestreaming Technology and Online Child Sexual Exploitation and Abuse: A Scoping Review. *Trauma Violence Abuse*. 2024 Jan;25(1):260-274. doi: 10.1177/15248380221147564.

33 Costa RR da. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Internet]. www.ipea.gov.br. 2023. Available from: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto>

34 Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil [Internet]. Ministério da Saúde. Available from: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>

35 UNICEF Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil [Internet]. Available from: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>

36 Crianças e adolescentes são 79% das vítimas em denúncias de estupro registradas no Disque 100 [Internet]. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Available from: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/criancas-e-adolescentes-sao-79-das-vitimas-em-denuncias-de-estupro-registradas-no-disque-100>

37 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

38 Organização das Nações Unidas. As crianças devem ser protegidas da pedofilia e do abuso exacerbados pela pandemia de coronavírus. Washington, D.C.: ONU; 2020 [acesso em 06/07/2024]. Disponível em: <https://www.news.un.org/es/story/2020/04/147254221>.

39 UNICEF. Não vamos deixar que as crianças sejam vítimas ocultas da pandemia COVID-19. Argentina: Representação do UNICEF; 2020 [acesso em 06/07/2024]. Disponível em: <https://www.unicef.org/argentina/comunicados-prensa/no-dejemos-ninos-hidden-victims-pandemic-covid1922>.

40 Aprile M, Barcos A, Barros S, Carlis MF, Cuadro S, Di Vito A. Quando a máscara não protege: pandemia e abuso sexual na infância, Rede Social (Revista do Departamento de Ciências Sociais. Buenos Aires, Argentina). 2020; 7(2):38-45.



41 GONZÁLEZ, Mónica Rodríguez; ABDALÁ, Arturo Loredo. Negligencia: modalidad subestimada del maltrato al infante. **Acta Pediátrica de México**, v. 40, n. 2, p. 85-92, 2019.

42 Abufhele M, Jeanneret V. Portas Adentro: O outro lado da pandemia. *Rev Chil Pediatr.* 2020; 91(3):319-321.

43 Mouesca JP. Prevenção de maus-tratos infantis: papel do pediatra. Prevenção antes que ocorra, em caso de suspeita e confirmação de abuso. *Arch Argent Pediatr.* 2016; 114(1):64-74.